

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 50.129
- RS (2016/0021142-2)**

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **SINDICATO DOS TECNICOS-CIENTIFICOS DO ESTADO DO RS**
ADVOGADOS : **JULIANA MEUS E OUTRO(S) - RS074140**
: **FERNANDA MELLA VICARI - RS109186**
AGRAVADO : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROCURADOR : **LUCIANE PANSERA E OUTRO(S) - RS046664**

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto pelo **Sindicato dos Técnicos-científicos do Estado do Rio Grande do Sul** contra a decisão de fls. 161/167, pela qual foi negado provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança.

Nas razões do agravo interno, fls. 204/215, o agravante argumenta que "*a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seu art. 27, inc. I, alínea a, também consagra, além da liberdade de associação sindical, a participação dos sindicatos nas decisões envolvendo a categoria, independentemente da natureza das decisões, devida a ampla atuação e participação social das entidades de representação*" (fl. 212).

Por essas razões, requer a reconsideração do julgado, ou a sujeição do feito ao exame do Colegiado.

O Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, apresentou impugnação às fls. 219/225, na qual pugna pelo não conhecimento do agravo ou pela manutenção da decisão agravada.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O diploma processual civil em vigor faculta ao relator, nos termos do disposto no art. 1.021, § 2.º, o juízo de retratação.

Assim, para melhor exame do pedido e da causa de pedir veiculados na inicial, tenho que a demanda merece ser novamente analisada.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento nos arts. 1.021, § 2.º, do CPC e 34, XVIII, "c", do RISTJ, hei por bem **dar provimento** ao presente agravo interno para,

Superior Tribunal de Justiça

em juízo de retratação, reconsiderar as decisões de fls. 161/167, 188/189 e 190/194, as quais torno, todas, **sem efeito**.

Publicada a presente decisão, voltem-me imediatamente conclusos os autos para novo exame da matéria.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **SÉRGIO KUKINA**
Relator

